

## Requerimento de Comissão

**1722/2022**

Senhor Presidente,

Requeiro a esta comissão, nos termos do art. 76, § 4º da Lei Orgânica, combinado com o art. 48, II do Regimento Interno, que seja encaminhado, por meio da Mesa, ao Sr. Fuad Noman, Prefeito de Belo Horizonte, e ao Sr. Leandro César Pereira, Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura, pedido de informação sobre a renovação do contrato de serviço de tratamento de ambientes aquáticos lênticos para as águas da Lagoa da Pampulha (AJ 057/2018), assim como outras informações referentes à manutenção da condição do título de Patrimônio Histórico ao complexo.

Requeiro as seguintes informações:

1 – Qual a justificativa para a contratação, por inexigibilidade nos termos do art. 25, *caput*, da Lei 8.666/93, do consórcio Pampulha Viva, tendo em vista que este mesmo consórcio já prestou o serviço, por sagrar-se vencedor, na Licitação SCO-033/2013 – contrato AJ 032/15? Gentileza enviar a justificativa técnica que embasou a contratação por inexigibilidade, bem como o seu parecer jurídico.

2 – A renovação do contrato contraria a recomendação conjunta dos Ministérios Públicos Estadual e de Contas para “*suspensão imediata de elaboração de procedimento licitatório, contratação, celebração de termo aditivo que se destine a alteração de quantitativos, prazos ou valores de eventuais contratos ainda vigentes, relativamente a utilização de biorremediadores ou destinados a tratamento de águas, nos moldes até então adotados, que já se mostraram contrários ao interesse público*”?

3 – De acordo com o Instituto de Gestão das Águas de Minas Gerais (Igam), que analisa a qualidade da água da lagoa desde 2013 em três pontos – Ilha dos Amores, Igreja São Francisco e próximo ao vertedouro - foram registradas no último levantamento, divulgado em junho de 2022, quantidade de compostos orgânicos (como fósforo), contaminação fecal e presença de cianobactérias, acima do preconizado por legislação ambiental. Com base nessa afirmação, é

PROTOCOLIZADO CONFORME  
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021  
DATA: 18/10/22  
HORA: 10:36:45

possível considerar que o contrato assinado tem cumprido de forma satisfatória o seu objeto? Em caso negativo, quais foram as medidas administrativas adotadas?

4 – Tomando por base o mesmo levantamento do Igam, pergunta-se: qual a causa do aumento do percentual de ocorrência da água com característica muito ruim, que passou de 6% para 12%, especialmente nos córregos Sarandi e no Olhos D'Água, que desembocam na barragem, e da redução pela metade da ocorrência de água boa, de 13% para 6%?

5 – O Igam também registrou que a quantidade de cianobactérias encontrada nos três pontos de monitoramento da lagoa está acima do padrão estabelecido para rios de classe 2, conforme Deliberação Normativa conjunta COPAM/CERH de 2008, que é de 50 mil células/ml. Nesse sentido, qual a causa de aumento da presença deste micro-organismo em frente à Igreja São Francisco de Assis, uma vez que, em junho de 2022, foram encontrados 1 milhão de células por ml, enquanto no ano passado foram registradas 247.083 células por ml?

6 – Em reportagem veiculada no site “globo.com<sup>1</sup>”, a PBH afirma que além do Igam, a Prefeitura também monitora os resultados do serviço prestado pelo consórcio de maneira frequente e que os últimos resultados das coletas feitas em setembro de 2022, demonstram que as metas de tratamento estão sendo atendidas. Diante disso, questiona-se: quais são os estudos técnicos e documentos que embasam essa afirmativa? Favor enviar documentação correlata.

7 – Há ações em curso para a contenção do esgoto doméstico que chega à lagoa? Em caso positivo, indicar o número do contrato, a parte contratada, o valor, a vigência, o objeto e a modalidade de contratação (dispensa, inexigibilidade, etc.).

8 – Requeiro o envio de cópia do acordo firmado entre as Prefeituras de Belo Horizonte e de Contagem com a Copasa em junho deste ano, para implementação do plano de despoluição da Lagoa da Pampulha.

9 – Requeiro o envio dos dados obtidos por meio do monitoramento de sondas multiparamétricas e de coletas mensais de amostras de água desde janeiro de 2017 até o presente

1 <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2022/10/13/pbh-renova-contrato-para-manter-qualidade-da-agua-da-lagoa-da-pampulha-metodo-e-questionado-pelo-mp.ghhtml>

momento, indicando se os resultados das coletas demonstram que as metas de tratamento estão sendo atendidas, por meio de indicadores de eutrofização abaixo dos limites estabelecidos.

10 – A Prefeitura de Belo Horizonte afirmou que cerca de 110/115 mil metros cúbicos de sedimentos foram retirados da lagoa. Pergunta-se: qual é o destino desses sedimentos e qual é o critério técnico de escolha utilizado para a retirada?

11 – Ainda de acordo com a PBH, um plano de ação, fiscalização e monitoramento, de forma detalhada, para a execução efetiva dos serviços de desassoreamento, especificando o volume diário de retirada de sedimentos, metas gerais, além do cronograma de execução, com pontos e áreas onde o serviço deve ser executado, seria desenvolvido. Esse plano já foi elaborado? Se sim, favor enviar uma cópia. Em caso negativo, qual é a previsão para elaboração?

12 – Quais são as medidas ou planos de ação que a PBH tem efetivado para evitar que as ligações irregulares continuem despejando esgoto na Lagoa da Pampulha?

13 – Carlos Henrique Bicalho, assessor do Gabinete para assuntos ligados à Pampulha do Instituto do Patrimônio Histórico Natural (Iepha), informou que a troca de gestão do ex-prefeito Márcio Lacerda para Alexandre Kalil interrompeu planos considerados importantes, como a criação de uma diretoria exclusiva para planejamento de ações para a Pampulha, que contribuiria para as ações mais eficazes. Por qual razão essa medida não foi implementada?

14 – No momento em que a Pampulha foi reconhecida Patrimônio Cultural da Humanidade, reformar o Museu de Arte da Pampulha e demolir o anexo do Iate estavam entre as metas para a manutenção desse título. Essas medidas já foram tomadas? Em caso negativo, projetos nesse sentido estão sendo elaborados? Em quanto tempo elas serão colocadas em prática?

FERNANDA

PEREIRA

ALTOE:04519898

641

Assinado de forma digital

por FERNANDA PEREIRA

ALTOE:04519898641

Dados: 2022.10.18

10:27:06 -03'00'

Belo Horizonte, 17 de outubro de 2022.

**VEREADORA FERNANDA PEREIRA ALTOÉ**

**NOVO**

Ao Senhor

Vereador Wanderley Porto

Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana

## RELATÓRIO

▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com MP 2.200-2/2001

Data de verificação 18/10/2022 13:44:26 UTC  
Versão do software 2.10

▼ Informações do arquivo

Nome do arquivo	PI_limpeza_pampulha.pdf
Resumo SHA256 do arquivo	c4226cf48fb7206b15bc342f2f7aaecc1f61e2f2b39f85102cd6594110d69f57
Tipo do arquivo	PDF
Quantidade de assinaturas	1

▼ Assinatura por CN=FERNANDA PEREIRA ALTOE:\*\*\*198986\*\*, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=20828519000170, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura	Destacada
Status da assinatura	Aprovado
Caminho de certificação	Aprovado
Estrutura da assinatura	Conformidade com o padrão (ISO 32000).
Cifra assimétrica	Aprovada
Resumo criptográfico	Correto
Data da assinatura	October 18, 2022 at 1:27:06 PM UTC
Status dos atributos	Aprovados

► Informações do assinante

► Caminho de certificação

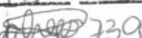
► Atributos

AVALIE ESTE  
SERVIÇO

EXPANDIR  
ELEMENTOS

Proposição Inicial  
Avisos distribuídos em:

18 / 10 / 2022



Responsável pela distribuição

Modo escuro ☐



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## Requerimento de Comissão

REQUERIMENTO **1723/2022** /2022

Senhor Presidente, Vereador Wanderley Porto

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos dos artigos 76, § 4º da Lei Orgânica e do artigo 48, II, do Regimento Interno, o encaminhamento, por meio da mesa à Prefeitura de Belo Horizonte e para a Secretaria Municipal de Governo o **pedido de informação** em relação a falta de abastecimento de água da região da Pedreira Prado Lopes.

- 1) Os moradores estão sofrendo há **mais de um mês** com a escassez de água na região. Qual a razão para a falta de abastecimento?
- 2) Verifica-se que a água perdeu a pressão para encher as caixas d'água dos moradores da Pedreira Padro Lopes. Há algum estudo sobre isso?
- 3) Há algum projeto/mecanismo para minimizar os impactos maléficos da falta de abastecimento de água da região? Se sim, qual?
- 4) A comunidade acredita que essa escassez aconteceu após a construção de prédios comunitários perto da Pedreira. Existe alguma relação? Há algum estudo de impacto socioambiental dessa construção?

Sem prejuízo de outras solicitações e/ou pedidos a partir destas informações iniciais, são estes os fundamentos e justificativas legais que se apresenta a esta comissão, estando cômico este Vereador quanto a seu dever Constitucional e legal nesta solicitação, com fundamento nos artigos 70 e 74 da Constituição de 88, aplicáveis por força do princípio da simetria à Lei Orgânica deste município, a partir dos artigos 95.

Belo Horizonte, 17 de outubro de 2022.

Vereador **Ciro Pereira**

**PTB**

Excelentíssimo Senhor



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Vereador Wanderley Porto

Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana

AVULSOS DISTRIBUÍDOS

Em 18 / 10 / 2022

*[Assinatura]* 739

Responsável pela distribuição



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## Requerimento de Comissão

REQUERIMENTO Nº

**1740/2022**

Senhor Presidente,

Requeiro a esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana, nos termos do art. 48 do Regimento Interno, seja realizada visita técnica no entorno da Praça Deputado José Raimundo, localizado na confluência das avenidas Nélio Cerqueira e Senador Levindo Coelho com as ruas Trinta e Quatro, Sebastião Moreira e Antônio Holandino de Araújo, no bairro Tirol, a fim de fiscalizar e requerer agilidade nas obras de implantação do sistema de drenagem pluvial nesta localidade.

A fiscalização e a cobrança se justificam em razão do iminente início do período de chuva em nossa Capital e do histórico de alagamentos decorrentes da alta pluviosidade na Praça supracitada, o que ocasiona diversos transtornos no trânsito e para aqueles residem na região.

Por tais razões busca-se que o Poder Público seja célere na conclusão das obras iniciadas na localidade a fim de garantir segurança e bem-estar à comunidade.

A referida visita ocorrerá no dia 09 de novembro de 2022, às 09:00h, com ponto de encontro na Praça Deputado José Raimundo.

Sugiro sejam convidados:

- o Excelentíssimo Sr. Leandro César Pereira, Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura;
- o Excelentíssimo Sr. Henrique de Castilho, Superintendente da SUDECAP;
- a Sra. Lidiane de Souza Monteiro, Coordenadora de Atendimento da Regional Barreiro.

Belo Horizonte, 19 de outubro de 2022.

IRLAN CHAVES DE  
OLIVEIRA  
MELO:92360769634

Assinado de forma digital por IRLAN CHAVES  
DE OLIVEIRA MELO:92360769634  
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC SOLUTI  
Multipla v5, ou=22882751000111,  
ou=Presencial, ou=Certificado PF A3,  
cn=IRLAN CHAVES DE OLIVEIRA  
MELO:92360769634  
Dados: 2022.10.19 15:36:48 -03'00'

Vereador Irlan Melo

PROTOCOLIZADO CONFORME  
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021  
DATA. 19.10.2022  
HORA. 15:58:06

Ao Senhor  
Vereador Wanderley Porto  
Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana

[INÍCIO](#) [TERMOS DE USO](#) [F.A.Q.](#)

## RELATÓRIO

▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com MP 2.200-2/2001

Data de verificação 19/10/2022 16:11:04 BRT  
Versão do software 2.10

▼ Informações do arquivo

Nome do arquivo visita técnica - Praça Deputado José Raimundo - fiscalizar obra de drenagem.pdf  
Resumo SHA256 do arquivo e038091d605a0f2b0e7c1cded3d237bf9fac6141fff95b2b3b64cfac572817aa  
Tipo do arquivo PDF  
Quantidade de assinaturas 1

▼ Assinatura por CN=IRLAN CHAVES DE OLIVEIRA

MELO:\*\*\*607696\*\*, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=22882751000111, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura Destacada  
Status da assinatura Aprovado  
Caminho de certificação Aprovado  
Estrutura da assinatura Conformidade com o padrão (ISO 32000).  
Cifra assimétrica Aprovada  
Resumo criptográfico Correto  
Data da assinatura October 19, 2022 at 3:36:48 PM BRT  
Status dos atributos Aprovados

► Informações do assinante

► Caminho de certificação

► Atributos

AVALIE ESTE  
SERVIÇO

EXPANDIR  
ELEMENTOS

Modo escuro ☐





# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## Requerimento de Comissão

REQUERIMENTO Nº **1751/2022**

Senhor Presidente,

Requeiro a esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana que apresente, nos termos do art. 129, I, do Regimento Interno, a indicação anexa.

Belo Horizonte, 21 de outubro de 2022

NELI PEREIRA DE  
AQUINO:035531516  
50

Assinado de forma digital por  
NELI PEREIRA DE  
AQUINO:03553151650  
Dados: 2022.10.21 13:52:40  
-03'00'

Vereadora Nely Aquino

Ao Senhor  
Vereador Wanderley Porto  
Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana

PR: JCOLIZADO CONFORME  
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021  
DATA: 21/10/22  
HORA: 13:55:53



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

INDICAÇÃO Nº \_\_\_\_\_

Senhora Presidente,

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana desta Câmara, em decorrência da aprovação do Requerimento de Comissão nº 1751/22, de autoria da Vereadora Nely Aquino, apresenta a Vossa Excelência, nos termos do art. 129, I, do Regimento Interno, a presente indicação, a ser encaminhada ao Sr. Fuad Noman, Prefeito de Belo Horizonte, para sugerir a alteração de classificação específica quanto à permissividade em relação à instalação de usos não residenciais de toda a extensão da Rua Juventino Dias, no Bairro Mangabeiras, de via com permissividade específica Mangabeiras I (PEM-I) para via com permissividade específica Mangabeiras II (PEM-II), conforme o art. 362 da Lei nº 11.18, de 8 de agosto de 2019.

Belo Horizonte, 21 de Outubro de 2022

NELI PEREIRA DE  
AQUINO:035531516  
50

Assinado de forma digital por NELI  
PEREIRA DE AQUINO:03553151650  
Dados: 2022.10.21 13:53:06 -03'00'

Vereadora Nely Aquino

À Senhora  
Vereadora Nely Aquino  
Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte

Proposição originária de decisão da comissão relativa ao(a) <u>Requerimento de Comissão</u> nº <u>1751</u> / <u>2022</u>
---

[INÍCIO](#) [TERMOS DE USO](#) [F.A.Q.](#)

## RELATÓRIO

## ▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com MP 2.200-2/2001

Data de verificação 21/10/2022 16:58:33 UTC  
Versão do software 2.10

## ▼ Informações do arquivo

Nome do arquivo	MP 050 2022 Requerimento.pdf
Resumo SHA256 do arquivo	5894a75bc27c61162df12a01d894ae6354a9cb049e5be35cbcf4d9261b1f8b5d
Tipo do arquivo	PDF
Quantidade de assinaturas	2

## ▼ Assinatura por CN=NELI PEREIRA DE AQUINO:\*\*\*531516\*\*, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=73999229000155, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

## ▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura	Destacada
Status da assinatura	Aprovado
Caminho de certificação	Aprovado
Estrutura da assinatura	Conformidade com o padrão (ISO 32000).
Cifra assimétrica	Aprovada
Resumo criptográfico	Correto
Data da assinatura	October 21, 2022 at 4:52:40 PM UTC

## ► Informações do assinante

## ► Caminho de certificação

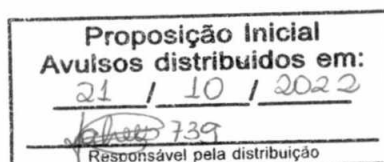
## ▼ Assinatura por CN=NELI PEREIRA DE AQUINO:\*\*\*531516\*\*, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=73999229000155, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

## ▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura	Destacada
Status da assinatura	Aprovado
Caminho de certificação	Aprovado
Estrutura da assinatura	Conformidade com o padrão (ISO 32000).
Cifra assimétrica	Aprovada
Resumo criptográfico	Correto
Data da assinatura	October 21, 2022 at 4:53:06 PM UTC

## ► Informações do assinante

## ► Caminho de certificação

AVALIE ESTE  
SERVIÇOEXPANDIR  
ELEMENTOSModo escuro ☐



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## Requerimento de Comissão

REQUERIMENTO Nº  
**1666/2022**

Senhor Presidente,

Requeremos a esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana, nos termos do art. 48 do Regimento Interno, que seja realizada audiência pública, no dia 08 de novembro de 2022, com a finalidade de discutir a intervenção em Área de Preservação Permanente - APP e Zona de Proteção Ambiental – ZPAM, nos lotes 023 a 029, 030A, 031, 032A e 033 a 035, quarteirão 505, do CP 042192-I, no bairro Luxemburgo, ora em discussão no Conselho Municipal do Meio Ambiente (Comam).

No local, a empresa Katz Construções e Participações Ltda., apresentou a através do processo 01-014.776/20-97, o empreendimento denominado “Luxemburgo”, que consiste na edificação de Instituição de Longa Permanência para Idosos, com implantação de três blocos de 4 andares, espaços comuns de convivência e área verde. Na porção oeste do terreno é proposto um bloco com cinco lojas, ao qual estará adjacente o setor administrativo e de funcionários.

A área faz parte do Conjunto Paisagístico Entorno do Mosteiro Nossa Senhora das Graças, e é limítrofe com a Zona de Amortecimento Estação Ecológica do Cercadinho. Faz divisa com o Parque Municipal Mosteiro Tom Jobim, de 6.400m<sup>2</sup>, cuja vegetação, parcialmente nativa, integra a área conhecida como Mata do Mosteiro. O terreno em questão de aproximadamente 11.700 m<sup>2</sup>, compõe um dos últimos remanescentes florestais da região. Sua vegetação, arbórea, multiestratificada e biodiversa é responsável pela infiltração das águas pluviais, sejam elas diretas ou provenientes do escoamento superficial das porções superiores. As nascentes identificadas no terreno dão origem a um dos tributários do Córrego do Leitão, desde ali canalizado, à Rua Luiz Soares da Rocha, percorrendo 808 metros até chegar ao trecho canalizado deste córrego sob a Avenida Prudente de Moraes.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Diante das informações supramencionadas, da relevante importância desta área verde para a comunidade do entorno e toda a cidade, faz-se necessário que esta Casa Legislativa e a população possam melhor conhecer o empreendimento proposto.

Sugerimos que sejam convidados:

1. Pelo Poder Público Municipal:

- Mário Werneck - Secretário Municipal de Meio Ambiente.
- Sérgio Augusto Domingues - Presidente da Fundação de Parques Municipais e Zoobotânica.

2. Pela sociedade:

- Marcos Righi, advogado e presidente da Associação dos Moradores e Amigos dos bairros Luxemburgo, Coração de Jesus e Vila Paris (Amalux) - [contato@amalux.com.br](mailto:contato@amalux.com.br)
- Lenise Helena Maciel Rocha, funcionária pública federal - [contato@amalux.com.br](mailto:contato@amalux.com.br)
- Geraldo Magela Sales de Oliveira - [contato@amalux.com.br](mailto:contato@amalux.com.br)
- Murilo de Mello Campos , engenheiro Civil - [contato@amalux.com.br](mailto:contato@amalux.com.br)
- André Frederico de Sena Horta - [contato@amalux.com.br](mailto:contato@amalux.com.br)
- José Inácio Melo Marinho, Engenheiro Eletricista com Pós Graduação em Gestão de Negócios ( FGV – Ohio) - [contato@amalux.com.br](mailto:contato@amalux.com.br)
- Felipe Gomes, engenheiro ambiental – [felipeambiente@gmail.com](mailto:felipeambiente@gmail.com)

Para subsidiar a referida reunião, solicito à Divisão de Consultoria Legislativa que elabore nota técnica sobre o assunto.



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Belo Horizonte, 30 de maio de 2022.

DUDA SALABERT  
ROSA:04967383  
645

Assinado de forma digital  
por DUDA SALABERT  
ROSA:04967383645  
Dados: 2022.09.27  
16:20:00 -03'00'

---

Vereadora Duda Salabert

Excelentíssimo Senhor,

Vereador Ciro Pereira

Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana

[INÍCIO](#) [TERMOS DE USO](#) [F.A.Q.](#)

## RELATÓRIO

## ▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura , em conformidade com MP 2.200-2/2001

Data de verificação 27/09/2022 19:22:00 UTC  
Versão do software 2.9-116-g0696ee4

## ▼ Informações do arquivo

Nome do arquivo Audiência Pública - Mata do Mosteiro.pdf  
Resumo SHA256 do arquivo 1bb00c34f731d0fb7ba0f88b31e8e982e065cde68f1018f7a08d205d74e2f245  
Tipo do arquivo PDF  
Quantidade de assinaturas 1  
Quantidade de assinaturas ancoradas 1

▼ Assinatura por CN=DUDA SALABERT ROSA:\*\*\*673836\*\*,  
OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=36432667000100, OU=AC  
SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

## ▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura Destacada  
Status da assinatura Aprovado  
Caminho de certificação Aprovado  
Estrutura da assinatura Conformidade com o padrão (ISO 32000).  
Cifra assimétrica Aprovada  
Resumo criptográfico Correto  
Data da assinatura September 27, 2022 at 7:20:00 PM UTC  
Status dos atributos Aprovados

▶ Caminho de certificação

▶ Atributos

Proposição Inicial  
Avisos distribuídos em:

27 / 09 / 2022739

Responsável pela distribuição

[AVALIE ESTE  
SERVIÇO](#)[EXPANDIR  
ELEMENTOS](#)Modo escuro ☐



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## DESPACHO DE DELIBERAÇÃO

REQUERIMENTO DE COMISSÃO nº 1666/2022

**EVENTO:** ( ) VISITA TÉCNICA ( ) REUNIÃO COM CONVOCADO/CONVIDADO  
(X) AUDIÊNCIA PÚBLICA ( ) SEMINÁRIO ( ) OUTRO: \_\_\_\_\_

A Comissão de **Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana** deliberou por:

( ) <b>rejeitar</b> o requerimento	( ) <b>adiar</b> a apreciação do requerimento
(X) <b>aprovar</b> o requerimento	( ) <b>alterar oralmente</b> as características do evento aprovado

Com as seguintes alterações e/ou observações marcadas abaixo, se houver:

**Fica marcado** o evento para o dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, às \_\_\_\_h \_\_\_\_min.

**Local do evento:** \_\_\_\_\_

**Lista de convidadas e convidados:** \_\_\_\_\_

**Serão definidos posteriormente:** ( ) a lista de convidadas e convidados ( ) a data ( ) o horário  
( ) o local, sob pena de não realização.

**Relatoria eleita:** \_\_\_\_\_

**Outros:** \_\_\_\_\_

**Foi aprovada solicitação de Nota Técnica para audiência pública:** (X) Sim ( ) Não

Nos termos do Art. 8º da Portaria 16.747/16, a correspondência com os convidados, se houver, será de responsabilidade da assessoria do gabinete requerente, quando a aprovação completa de data, horário, local e lista de convidadas e convidados ocorrer sem a **antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis** em relação à data pretendida para a realização do evento, ou sem **antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis**, em caso de adiamento ou cancelamento do evento.

35ª Reunião ORDINÁRIA  
Em 04/10/22

\_\_\_\_\_  
Presidência da reunião - ASSINATURA  
Vereadora/Vereador MARCOS CRISPIM

Avulsos distribuídos em: <u>04/10/22</u> <u>CM 738</u> Secapc	Gestão no SIL por:  Reserva Pleno por:	Responsável Divapc: <u>GIOVANNI</u>  Responsável Divcol: <u>BETÂNIA</u>
--	--	---

Tabela de dados para consulta interna



**DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO – DIRLEG**  
**DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA – DIVCOL**

**NOTA TÉCNICA**

**Audiência Pública – Requerimento de Comissão nº 1666/2022**

**Dados da Audiência Pública:**

- **Tema:** Discutir a intervenção em Área de Preservação Permanente - APP e Zona de Proteção Ambiental - ZPAM, nos lotes 023 a 029, 030A, 031, 032A e 033 a 035, quarteirão 505, do CP 042192-I, no bairro Luxemburgo, ora em discussão no Conselho Municipal do Meio Ambiente - Comam.
- **Comissão:** Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana.
- **Autoria do requerimento:** Vereadora Duda Salabert.
- **Data, horário e local:** 08/11/2022, às 13:40h, no Plenário Helvécio Arantes.

**Considerações Técnicas:**

- Conforme a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, a qual dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, entende-se por Área de Preservação Permanente – APP, a área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas;
- São consideradas Áreas de Preservação Permanente – APP as áreas no entorno das nascentes e dos olhos d'água perenes, qualquer que seja sua situação topográfica, no raio mínimo de 50 (cinquenta) metros; as encostas ou partes destas com declividade superior a 45°, equivalente a 100% (cem por cento) na linha de maior declive;

- Consideram-se, ainda, de preservação permanente, quando declaradas de interesse social por ato do Chefe do Poder Executivo, as áreas cobertas com florestas ou outras formas de vegetação destinadas a uma ou mais das seguintes finalidades: conter a erosão do solo e mitigar riscos de enchentes e deslizamentos de terra e de rocha; proteger sítios de excepcional beleza ou de valor científico, cultural ou histórico; assegurar condições de bem-estar público;
- Quanto ao regime de proteção das Áreas de Preservação Permanente, a vegetação situada em APP deverá ser mantida pelo proprietário da área, possuidor ou ocupante a qualquer título, pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado;
- A Lei nº 12.651/2012 em seu artigo 70 dispõe que, além de suas determinações e sem prejuízo da criação de unidades de conservação da natureza, na forma da Lei nº 9.985/2000, e de outras ações cabíveis voltadas à proteção das florestas e outras formas de vegetação, o poder público federal, estadual ou municipal poderá: proibir ou limitar o corte das espécies da flora raras, endêmicas, em perigo ou ameaçadas de extinção, bem como das espécies necessárias à subsistência das populações tradicionais, delimitando as áreas compreendidas no ato, fazendo depender de autorização prévia, nessas áreas, o corte de outras espécies; declarar qualquer árvore imune de corte, por motivo de sua localização, raridade, beleza ou condição de porta-sementes.

### **Identificação da Área:**



## **Plano Diretor (Lei nº 11.181/19)**

### **1.1 Zoneamento urbanístico**

Localizada no Bairro Luxemburgo, a área em estudo é integralmente classificada, conforme Anexo I (Mapa de estrutura urbana zoneamento) da Lei nº 11.181/19 (Aprova o Plano Diretor do Município de Belo Horizonte e dá outras providências), como **zona de preservação ambiental - PA**. De acordo com o art. 93 zonas de preservação ambiental apresentam restrições de possibilidade de ocupação, pela presença de atributos ambientais e paisagísticos relevantes; necessidade de preservação de patrimônio histórico, cultural, arqueológico, natural ou paisagístico; necessidade de amenização de situações de risco geológico; ou necessidade de recuperação de qualidade ambiental. A área em estudo classifica-se como **PA-1**, mais restritiva na compatibilização de manutenção de atributos ambientais com ocupação e uso do solo, conforme sua relevância ambiental específica. Quando de propriedade pública áreas com essa classificação podem receber edificações exclusivamente destinadas a serviço de apoio e manutenção das áreas; equipamentos de cultura, lazer, esportes; equipamentos destinados a práticas ambientais (art. 176, § 3º).

Conforme Anexo XII (parâmetros urbanísticos) da Lei nº 11.181/19, para áreas classificadas como PA-1 não se aplica coeficiente de aproveitamento mínimo. O coeficiente de aproveitamento básico (CAbas) equivale a 0,05 (sendo 0,3 para terrenos de propriedade privada). O coeficiente de aproveitamento máximo é 0,3, sendo admitida superação do CAbas em terrenos públicos apenas com anuência prévia do órgão municipal responsável pela política de meio ambiente, para implantação de edificações e instalações de serviço de apoio e manutenção das áreas; equipamentos de cultura, lazer, esportes; equipamentos destinados a práticas ambientais.

Conforme Anexo XVII (Coeficientes de aproveitamento-básico de transição) da Lei nº 11.181/19 o coeficiente básico aplicado à área em estudo corresponde a 0,05 (valor aplicado a áreas de propriedade pública) ou 0,3. De acordo com art. 356, os coeficientes de aproveitamento básico previstos nesse anexo vigoram por três anos a partir da data de vigência da Lei nº 11.181/19 (180 dias após a publicação, em 8 de agosto de 2019).

Desde que protocolizados até a data de entrada em vigor da Lei nº 11.181/19 podem ter sido licenciados com base na legislação urbanística então vigente<sup>1</sup>: projetos de ocupação de solo; de parcelamento; empreendimentos de impacto em licenciamento urbanístico cujos estudos de impacto de vizinhança tenham sido protocolizados no órgão municipal responsável pela política urbana; empreendimentos de impacto em licenciamento ambiental cujos estudos de impacto ambiental tenham sido protocolizados no órgão municipal responsável pela política de meio ambiente; empreendimento para o qual foi emitido parecer de enquadramento como de interesse social (art. 355). Indeferimento de processos que se enquadrem nessa situação implica reapresentação de pedido de licenciamento com base nas regras da Lei nº 11.181/19.

A legislação pesquisada pela Divisão de Instrução e Pesquisa – Divinp constitui o anexo desta Nota Técnica.

São essas as considerações desta Consultoria.

Belo Horizonte, 19 de outubro de 2022

Bethânia Melo Boechat  
Consultora Legislativa de Meio Ambiente

Jeferson Couto  
Consultor Legislativo de Política Urbana

---

1 Conforme Lei nº 7.166/96 (vigente anteriormente à Lei nº 11.181/19), a área em estudo era classificada como Zona de Preservação Ambiental – ZPAM, região destinada à preservação e recuperação de ecossistemas, por suas características e tipicidade da vegetação, visando a garantir espaço para a manutenção da diversidade de espécies e propiciar refúgio à fauna; proteger nascentes e cabeceiras de cursos d'água; evitar riscos geológicos (art. 6º). É vedada ocupação do solo em ZPAM de propriedade pública, exceto por edificações destinadas a seu serviço de apoio e manutenção. Áreas classificadas como ZPAM de propriedade particular ficam classificadas como Zona de Proteção 1 – ZP-1 (art. 14, § 2º). São classificadas como ZP-1 regiões, predominantemente desocupadas, de proteção ambiental e preservação do patrimônio histórico, cultural, arqueológico ou paisagístico ou em que haja risco geológico, onde a ocupação é permitida em condições especiais (art. 7º).



## Requerimento de Comissão nº 1.666/2022

### CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

#### TÍTULO VIII DA ORDEM SOCIAL

#### CAPÍTULO VI DO MEIO AMBIENTE

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;

### LEI Nº 9.985, DE 18 DE JULHO DE 2000

**Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.**

O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA no exercício do cargo de PRESIDENTE DA REPÚBLICA  
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

#### CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação.

Art. 2º Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por:

I - unidade de conservação: espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção;

II - conservação da natureza: o manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras, e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral;

III - diversidade biológica: a variabilidade de organismos vivos de todas as origens, compreendendo, dentre outros, os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos de que fazem parte; compreendendo ainda a diversidade dentro de espécies, entre espécies e de ecossistemas;

IV - recurso ambiental: a atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, os estuários, o mar territorial, o solo, o subsolo, os elementos da biosfera, a fauna e a flora;

V - preservação: conjunto de métodos, procedimentos e políticas que visem a proteção a longo prazo das espécies, habitats e ecossistemas, além da manutenção dos processos ecológicos, prevenindo a simplificação dos sistemas naturais;



## Requerimento de Comissão nº 1.666/2022

XVI - zoneamento: definição de setores ou zonas em uma unidade de conservação com objetivos de manejo e normas específicos, com o propósito de proporcionar os meios e as condições para que todos os objetivos da unidade possam ser alcançados de forma harmônica e eficaz;

XVII - plano de manejo: documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade;

XVIII - zona de amortecimento: o entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade; e

XIX - corredores ecológicos: porções de ecossistemas naturais ou seminaturais, ligando unidades de conservação, que possibilitam entre elas o fluxo de genes e o movimento da biota, facilitando a dispersão de espécies e a recolonização de áreas degradadas, bem como a manutenção de populações que demandam para sua sobrevivência áreas com extensão maior do que aquela das unidades individuais.

### CAPÍTULO III DAS CATEGORIAS DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Art. 7º As unidades de conservação integrantes do SNUC dividem-se em dois grupos, com características específicas:

I - Unidades de Proteção Integral;

II - Unidades de Uso Sustentável.

§ 1º O objetivo básico das Unidades de Proteção Integral é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos nesta Lei.

§ 2º O objetivo básico das Unidades de Uso Sustentável é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais.

Art. 8º O grupo das Unidades de Proteção Integral é composto pelas seguintes categorias de unidade de conservação:

I - Estação Ecológica;

Art. 9º A Estação Ecológica tem como objetivo a preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas.

§ 1º A Estação Ecológica é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei.

§ 2º É proibida a visitação pública, exceto quando com objetivo educacional, de acordo com o que dispuser o Plano de Manejo da unidade ou regulamento específico.

§ 3º A pesquisa científica depende de autorização prévia do órgão responsável pela administração da unidade e está sujeita às condições e restrições por este estabelecidas, bem como àquelas previstas em regulamento.

§ 4º Na Estação Ecológica só podem ser permitidas alterações dos ecossistemas no caso de:

I - medidas que visem a restauração de ecossistemas modificados;

II - manejo de espécies com o fim de preservar a diversidade biológica;

III - coleta de componentes dos ecossistemas com finalidades científicas;

IV - pesquisas científicas cujo impacto sobre o ambiente seja maior do que aquele causado pela simples observação ou pela coleta controlada de componentes dos ecossistemas, em uma área correspondente a no máximo três por cento da extensão total da unidade e até o limite de um mil e quinhentos hectares.





## Requerimento de Comissão nº 1.666/2022

### LEI Nº 12.651, DE 25 DE MAIO DE 2012

**Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.**

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

#### CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º-A. Esta Lei estabelece normas gerais sobre a proteção da vegetação, áreas de Preservação Permanente e as áreas de Reserva Legal; a exploração florestal, o suprimento de matéria-prima florestal, o controle da origem dos produtos florestais e o controle e prevenção dos incêndios florestais, e prevê instrumentos econômicos e financeiros para o alcance de seus objetivos. **(Incluído pela Lei nº 12.727, de 2012).**

Parágrafo único. Tendo como objetivo o desenvolvimento sustentável, esta Lei atenderá aos seguintes princípios: **(Incluído pela Lei nº 12.727, de 2012).**

I - afirmação do compromisso soberano do Brasil com a preservação das suas florestas e demais formas de vegetação nativa, bem como da biodiversidade, do solo, dos recursos hídricos e da integridade do sistema climático, para o bem estar das gerações presentes e futuras; **(Incluído pela Lei nº 12.727, de 2012).**

II - reafirmação da importância da função estratégica da atividade agropecuária e do papel das florestas e demais formas de vegetação nativa na sustentabilidade, no crescimento econômico, na melhoria da qualidade de vida da população brasileira e na presença do País nos mercados nacional e internacional de alimentos e bioenergia; **(Incluído pela Lei nº 12.727, de 2012).**

III - ação governamental de proteção e uso sustentável de florestas, consagrando o compromisso do País com a compatibilização e harmonização entre o uso produtivo da terra e a preservação da água, do solo e da vegetação; **(Incluído pela Lei nº 12.727, de 2012).**

IV - responsabilidade comum da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em colaboração com a sociedade civil, na criação de políticas para a preservação e restauração da vegetação nativa e de suas funções ecológicas e sociais nas áreas urbanas e rurais; **(Incluído pela Lei nº 12.727, de 2012).**

V - fomento à pesquisa científica e tecnológica na busca da inovação para o uso sustentável do solo e da água, a recuperação e a preservação das florestas e demais formas de vegetação nativa; **(Incluído pela Lei nº 12.727, de 2012).**

VI - criação e mobilização de incentivos econômicos para fomentar a preservação e a recuperação da vegetação nativa e para promover o desenvolvimento de atividades produtivas sustentáveis. **(Incluído pela Lei nº 12.727, de 2012).**

#### CAPÍTULO II DAS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE

##### Seção II

##### Do Regime de Proteção das Áreas de Preservação Permanente

Art. 7º A vegetação situada em Área de Preservação Permanente deverá ser mantida pelo proprietário da área, possuidor ou ocupante a qualquer título, pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado.





## Requerimento de Comissão nº 1.666/2022

§ 1º Tendo ocorrido supressão de vegetação situada em Área de Preservação Permanente, o proprietário da área, possuidor ou ocupante a qualquer título é obrigado a promover a recomposição da vegetação, ressalvados os usos autorizados previstos nesta Lei.

§ 2º A obrigação prevista no § 1º tem natureza real e é transmitida ao sucessor no caso de transferência de domínio ou posse do imóvel rural.

Art. 8º A intervenção ou a supressão de vegetação nativa em Área de Preservação Permanente somente ocorrerá nas hipóteses de utilidade pública, de interesse social ou de baixo impacto ambiental previstas nesta Lei.

§ 1º A supressão de vegetação nativa protetora de nascentes, dunas e restingas somente poderá ser autorizada em caso de utilidade pública.

§ 3º É dispensada a autorização do órgão ambiental competente para a execução, em caráter de urgência, de atividades de segurança nacional e obras de interesse da defesa civil destinadas à prevenção e mitigação de acidentes em áreas urbanas.

§ 4º Não haverá, em qualquer hipótese, direito à regularização de futuras intervenções ou supressões de vegetação nativa, além das previstas nesta Lei.

Art. 9º É permitido o acesso de pessoas e animais às Áreas de Preservação Permanente para obtenção de água e para realização de atividades de baixo impacto ambiental

## LEI Nº 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001

**Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.**

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

### CAPÍTULO I DIRETRIZES GERAIS

Art. 1º Na execução da política urbana, de que tratam os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, será aplicado o previsto nesta Lei.

Parágrafo único. Para todos os efeitos, esta Lei, denominada Estatuto da Cidade, estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental.

Art. 2º A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:

I – garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações;

XII – proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico;

## LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE



## Requerimento de Comissão nº 1.666/2022

### TÍTULO VI DA ORDEM SOCIAL E ECONÔMICA

#### CAPÍTULO IV DO MEIO AMBIENTE

Art. 152 - Todos têm direito ao meio ambiente harmônico, bem de uso comum do povo e essencial à saudável qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo, preservá-lo e manter as plenas condições de seus processos vitais para as gerações presentes e futuras.

§ 1º - Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público, entre outras atribuições:

V - criar parques, reservas, estações ecológicas e outras unidades de conservação, mantê-los sob especial proteção e dotá-los da infra-estrutura indispensável às suas finalidades;

Art. 155 - Cabe ao Poder Público:

V - implantar e manter áreas verdes de preservação permanente, em proporção nunca inferior a doze metros quadrados por habitante, distribuídos equitativamente por Administração Regional;

#### CAPÍTULO XI DA POLÍTICA URBANA

##### Seção I Disposições Gerais

Art. 186 - Na promoção do desenvolvimento urbano, observar-se-á o seguinte:

I - o desenvolvimento urbano sustentável;

VI - proteção, preservação e recuperação do meio ambiente e do patrimônio histórico, cultural, artístico e arqueológico;

***Art. 186 com redação dada pela Emenda da Lei Orgânica nº 29, de 29/2/2016 (Art. 1º)***

## LEI Nº 11.181, DE 8 DE AGOSTO DE 2019

**Aprova o Plano Diretor do Município de Belo Horizonte e dá outras providências.**

O Povo do Município de Belo Horizonte, por seus representantes, decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

### TÍTULO I DOS PRINCÍPIOS, DIRETRIZES E OBJETIVOS DA POLÍTICA URBANA MUNICIPAL

#### CAPÍTULO I DOS PRINCÍPIOS GERAIS DA POLÍTICA URBANA

Art. 1º - Esta lei aprova o Plano Diretor, instrumento básico da política urbana do Município, que contém as normas fundamentais de ordenamento da cidade para o cumprimento da função social da propriedade urbana, em consonância com o disposto no Estatuto da Cidade.

§ 1º - A política urbana do Município contempla questões vinculadas à estrutura urbana, ao desenvolvimento urbano, ao meio ambiente, à habitação, ao patrimônio cultural e urbano e à mobilidade urbana, bem como ao tratamento dos espaços públicos e privados.



## Requerimento de Comissão nº 1.666/2022

§ 3º - As diretrizes, os princípios e os objetivos estabelecidos pela política urbana do Município devem ser observados na elaboração, interpretação e aplicação de todos os instrumentos legais de natureza urbanística, bem como considerados na elaboração do plano plurianual, das diretrizes orçamentárias e do orçamento anual.

Art. 2º - São princípios gerais da política urbana do Município:

II - a garantia do direito a uma cidade sustentável, entendida como aquela que proporciona o acesso à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte, aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer para as presentes e futuras gerações;

V - a democratização do uso do espaço público;

VII - o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e à preservação do patrimônio histórico, paisagístico e cultural do Município;

IX - a proteção das áreas verdes e daquelas ameaçadas de degradação, assegurando a sustentabilidade da flora e da fauna;

X - a integração das ações relativas às políticas setoriais associadas à política urbana e ambiental;

### CAPÍTULO III DOS OBJETIVOS GERAIS DA POLÍTICA URBANA

Art. 5º - São objetivos gerais da política urbana do Município:

X - preservar, proteger e recuperar os espaços públicos, o meio ambiente e o patrimônio histórico, cultural, paisagístico, artístico e arqueológico municipal;

### CAPÍTULO X DO ESPAÇO PÚBLICO E DAS ÁREAS PÚBLICAS

Art. 29 - As ações de qualificação do espaço público têm como objetivo garantir a melhoria do desenho urbano sob preceitos de sustentabilidade, inclusão e resiliência, bem como proporcionar a disponibilização de estrutura adequada à sua apropriação pela população.

VIII - manutenção ou recuperação da qualidade ambiental e paisagística local;

X - incentivo à adoção de praças e áreas verdes.

Art. 31 - As ações de qualificação do espaço público devem estar associadas a medidas de caráter social, cultural, ambiental, econômico e jurídico, de forma a garantir a extensão da qualificação do espaço urbano a aspectos que superem o mero incremento da qualidade da estrutura física local, bem como evitar a ocorrência de processos de gentrificação do espaço.

### TÍTULO IV DO ZONEAMENTO

#### CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 89 - O zoneamento constitui classificação baseada nas características do território municipal de acordo com a capacidade de suporte de suas diferentes porções.

§ 1º - Compõem o zoneamento do Município as seguintes zonas e áreas, descritas no Capítulo II deste título:

VIII - áreas de diretrizes especiais;



## Requerimento de Comissão nº 1.666/2022

### CAPÍTULO II DO ZONEAMENTO

#### Seção I

##### Das zonas de preservação ambiental

Art. 93 - São classificadas como zonas de preservação ambiental porções do território municipal cuja possibilidade de ocupação sofre restrições em decorrência da presença de atributos ambientais e paisagísticos relevantes, da necessidade de preservação do patrimônio histórico, cultural, arqueológico, natural ou paisagístico, da amenização de situações de risco geológico ou da necessidade de recuperação de sua qualidade ambiental.

§ 1º - As zonas de preservação ambiental classificam-se em PA-1, PA-2 e PA-3, de acordo com a relevância ambiental que possuem e com a possibilidade de compatibilização de seus atributos ambientais relevantes com a ocupação edilícia e o exercício de atividades.

§ 2º - Os parques do Município são classificados como PA-1.

#### Seção VIII

##### Das áreas de diretrizes especiais

Art. 111 - São classificadas como áreas de diretrizes especiais - ADE - as porções do território municipal que, em função de especificidades urbanísticas, culturais ou ambientais, demandam a adoção de políticas específicas de parcelamento, ocupação ou uso do solo de caráter restritivo em relação às normas gerais da legislação urbanística municipal.

Parágrafo único - As ADEs são aquelas tratadas nos capítulos I a IV do Título VIII e no Título IX desta lei.

### CAPÍTULO X

#### DO PARCELAMENTO DO SOLO NAS AEIS DE INTERESSE AMBIENTAL

Art. 151 - O parcelamento do solo nas Aeis de Interesse Ambiental observará o disposto neste capítulo e, no que couber e de forma subsidiária, as regras de parcelamento do solo previstas para Aeis-1.

Parágrafo único - Os parâmetros urbanísticos para parcelamento do solo são aqueles previstos para os zoneamentos inseridos em cada mancha de Aeis de Interesse Ambiental.

Art. 153 - No parcelamento e na ocupação das Aeis de Interesse Ambiental, deverá ser resguardada ao máximo a configuração do terreno natural, por meio da adoção de soluções voltadas para a minimização da movimentação de terra e da interferência nos atributos ambientais e paisagísticos da área, inclusive no interior dos lotes.

§ 5º - Os parques serão delimitados, preferencialmente, por vias públicas mistas ou de pedestres, de forma a garantir a sua visualização e acesso a partir do espaço público.

### TÍTULO VIII

#### DAS ÁREAS DE INTERESSE AMBIENTAL

### CAPÍTULO V

#### DAS ÁREAS DE CONEXÕES AMBIENTAIS

Art. 198 - As áreas de conexões ambientais são assim caracterizadas:

I - conexões verdes: vias que interligam zonas de preservação ambiental e áreas de diretrizes especiais ambientais, visando à melhoria da arborização urbana e à formação de corredores ecológicos;



## Requerimento de Comissão nº 1.666/2022

### TÍTULO X

### DA POLÍTICA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

### CAPÍTULO V

### DAS INTERVENÇÕES EM ÁREAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL

#### Seção II

#### Das diretrizes para Aeis de interesse ambiental

Art. 284 - Os órgãos municipais responsáveis pela política urbana e pela política de meio ambiente deverão estabelecer diretrizes para parcelamento, ocupação e uso do solo para as porções do território classificadas como Aeis de Interesse Ambiental.

§ 2º - As diretrizes previstas no *caput* deste artigo deverão prever a integração entre os parques, porções territoriais legalmente reconhecidas como de preservação ambiental e Elups, de modo a garantir a continuidade dos percursos de pedestres entre as áreas.

#### Anexo I – Mapa de Estrutura Urbana Zoneamento





## Requerimento de Comissão nº 1.666/2022

### Zoneamento

— CENTRALIDADE LOCAL

OM-1

OM-2

OM-3

OM-4

OP-1

OP-2

OP-3

PA-1

PA-2

PA-3

ZEIS-1

ZEIS-2

AEIS-1

AEIS-2

AGEE

AGEUC

CENTRALIDADE REGIONAL

AEIS DE INTERESSE AMBIENTAL

### Informação complementar

--- limite intermunicipal

--- vias principais

□ articulação das folhas (01 a 68)

■ praça

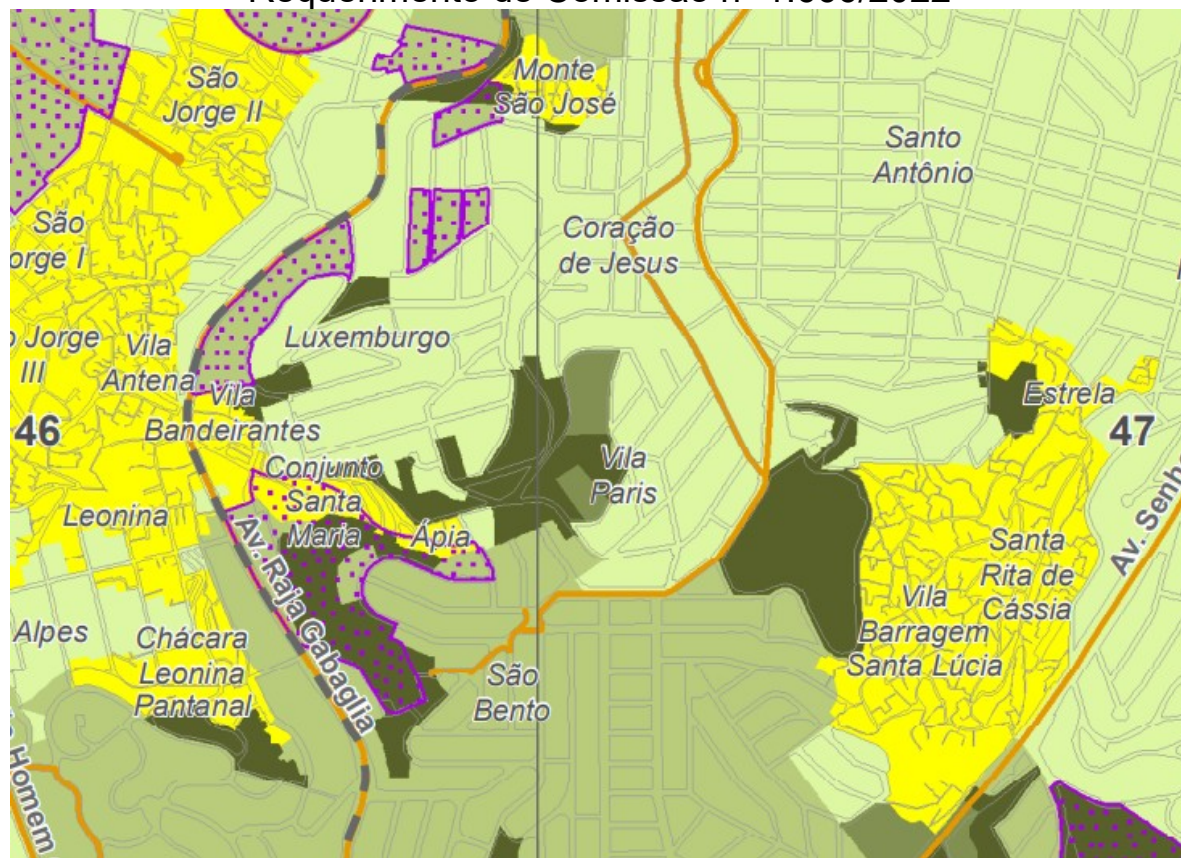
Lagoa da Pampulha

## Anexo II – Mapa de Estrutura Ambiental





## Requerimento de Comissão nº 1.666/2022

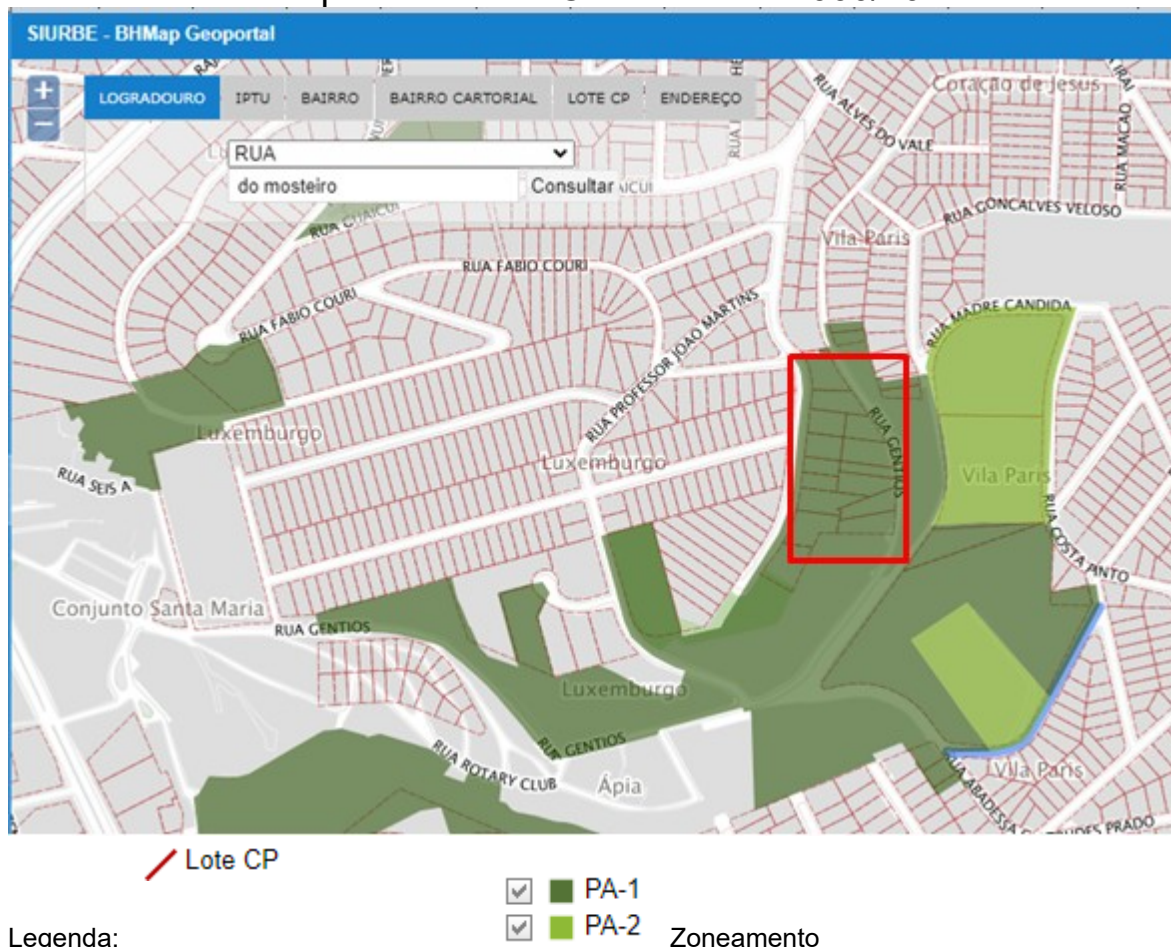


<sup>1</sup> Flexibiliza para 70%, nos casos previstos no Anexo XII desta Lei.

<sup>2</sup> Flexibiliza para 10%, em caso de terrenos com área menor ou igual a 360m², exceto terrenos localizados na ADE Venda Nova.



## Requerimento de Comissão nº 1.666/2022



Fonte: Geosurbe (PBH) - Data da consulta: 05/10/2022







# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.
--------	-----

**Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana**

**PARECER EM 2º TURNO**

**PROJETO DE LEI N. 319/ 22**

## **Relatório**

Trata-se de análise do Projeto de Lei nº 319/22 de autoria dos vereadores Ver.(a) Gabriel; Ver.(a) Jorge Santos; Ver.(a) Marcos Crispim; Ver.(a) Nely Aquino; Ver.(a) Wanderley Porto que "Altera a Lei nº 8.616/03, que contém o Código de Posturas do Município de Belo Horizonte."

O projeto estabelece e regulamenta os produtos que podem ser comercializados em *foodtruck* e busca inserir nos artigos 144 e 148 do Código de Postura a seguinte redação:

Art. 1º - O art. 144 da Lei nº 8.616, de 14 de julho de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art 144 - É proibido comercializar em veículo: I - refresco; II - café; III - carnes e derivados; IV - sorvete de fabricação instantânea, proveniente de xaropes ou qualquer outro processo; V - fruta descascada ou partida, exceto coco e laranja, que deverão ser descascados na hora, a pedido e à vista do consumidor.

CMH DIRLEG-20/out/22-14:58:39-007852-1



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.
--------	-----

"Art. 2º - O art. 148 da Lei nº 8.616, de 14 de julho de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação Art. 148 - O licenciado para o comércio em veículo automotor somente poderá comercializar lanche rápido, água mineral, suco ou refresco industrializado, refrigerante, água de coco e caldo de cana desde que extraídos na hora, conforme definido em regulamento."

Durante a tramitação do projeto em primeiro turno foram apresentadas três emendas, sendo que todas estas buscam alterar a Lei nº 8.616/03, que contém o Código de Posturas do Município de Belo Horizonte, a fim de fazer incluir novos produtos, assim como excluir a vedação de outros.

A emenda nº 1, de autoria do Vereador Gabriel, busca suprimir a vedação ao comércio de café, trazida no Projeto no artigo 1º, em especial na redação sugerida ao artigo 144, II; assim como insere "bebida alcoólica" como produto autorizado no artigo 148, a partir de alteração no texto do artigo 2º do Projeto.

A emenda nº 2, por sua vez, de autoria do Vereador Bruno Miranda objetiva inserir "bebida alcoólica" como produto autorizado no artigo 148 da Lei 8.616/03 e suprimir a proibição para cafés, trazida no Projeto em seu artigo 1º, com a supressão dos incisos I e II para a redação do artigo 144 da Lei 8.616/03.

Já a emenda nº 3, de autoria dos Vereadores Bráulio Lara, Marcela Trópia e Fernanda Altoé, pretende objetiva inserir "bebida alcoólica" como produto autorizado no artigo 148 da Lei 8.616/03 e suprimir a proibição para cafés e refresco, trazida no Projeto em seu artigo 1º, com a supressão dos incisos I e II para a redação do artigo 144 da Lei 8.616/03.



Após receber pareceres das Comissões a que foi distribuído, obedecendo assim ao Regimento Interno, o Projeto de Lei n. 319/2022 foi aprovado em primeiro turno de discussão em reunião plenária. Tendo a proposta recebido emendas, e sendo o segundo turno o momento oportuno para apreciação dessa espécie de proposição, conforme os dispositivos regimentais, voltou a Comissão de Legislação e Justiça, quando recebeu parecer favorável do Vereador Irlan Melo, assim ementado: *"Parecer pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade das emendas 1, 2 e 3."*

Assim, vem agora a análise da Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana, fui designado relator para a análise da adequação destas emendas à matéria de competência definida no artigo 52, IV do Regimento interno.

Após breve explanação do mérito, passo a análise que compete a esta Comissão, a saber, Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana.

### Fundamentação

Inicialmente, cumpre-me fazer a subsunção do fato a norma, isto é, organizar em premissas o tema das emendas em análise e da competência desta comissão, seguindo, por isto, as sempre imorredouras palavras de Caio Tácito Jr: *"Não é competente quem quer, mas quem pode, segundo a norma de direito."*

Por isto, esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana exerce sua competência a partir, especialmente, do artigo 52, IV, h) posturas municipais.



A análise desta subsunção também reconhece no meio ambiente a sua matéria de competência, haja vista que o próprio STF já conheceu o multifacetado conceito de meio ambiente, envolvendo não somente a questão da natureza (meio ambiente natural), mas também para o relacionamento da pessoa humana e do ambiente urbano, chamado de meio ambiente urbano ou, muitas vezes, artificial, como no julgamento da ADC 42/DF:

Sobre o tema Regulação, Gustavo Binenbojm<sup>1</sup> expõe:

*Conforme dito anteriormente, regular é exercer, em algum grau, uma atividade de controle comportamental tendo em vista uma finalidade regulatória pretendida. No entanto, tal afirmação exige três considerações preliminares que dialogam entre si. A primeira diz respeito à identificação clara do objetivo ou da finalidade regulatória socialmente desejada, a fim de avaliar qual a medida mais eficiente, entre todas disponíveis, para gerar o resultado esperado. A segunda consideração refere-se à necessidade de avaliação das variáveis temporais e da intensidade da medida escolhida, pois a conjuntura subjacente pode mudar a qualquer momento, interferindo na eficácia da regulação aplicada. Finalmente, uma última consideração diz respeito a indagação sobre os custos, diretos e indiretos, da regulação pretendida. (Poder de Polícia, Ordenação e Regulação, 2020)*

Exemplificativamente, vejamos opinião de Gustavo Binenbojm<sup>2</sup>, sobre o poder de polícia da Administração Pública:

*“Com efeito, o poder de polícia apresenta-se na atualidade como uma ordenação social e econômica que tem por objetivo conformar a liberdade e a propriedade, por meio de prescrições ou induções, impostas pelo Estado ou por entes não estatais, destinadas a promover o desfrute dos direitos fundamentais e o alcance*

---

<sup>1</sup> Poder de polícia, ordenação, regulação: transformações políticojurídicas, econômicas e institucionais do direito administrativo ordenador. 3. ed. / Gustavo Binenbojm; prefácio de Luís Roberto Barroso; apresentação de Carlos Ari Sundfeld. Belo Horizonte: Fórum, 2020.

<sup>2</sup> BINENBOJM, G.. idem, ibidem, p. 81.



*de outros objetivos de interesse da coletividade, definidos pela via da deliberação democrática, de acordo com as possibilidades e os limites estabelecidos na Constituição. Cuida-se, assim, de um conjunto de regulações sobre a atividade privada, desvinculadas ou complementares a relações especiais de sujeição (estatutárias ou contratuais), dotadas ou não de força coercitiva, conforme o caso, que erigem um sistema de incentivos voltados à promoção de comportamentos socialmente desejáveis e ao desestímulo de comportamentos indesejáveis, de acordo com objetivos político-jurídicos predeterminados (...) Cuida-se da fiscalização da observância das normas aplicáveis, v.g., por meio de vistorias periódicas em edifícios, de pesagens de caminhões em estradas, de testes de quantidade nas embalagens e de qualidade de produtos e serviços, entre outros. Diz-se preventiva a atividade fiscalizatória previa e independente de qualquer verificação ou notícia de infração cometida. Diz-se repressiva a fiscalização que se desenrola a partir da constatação de uma infração cometida pelo particular ou em plena ação infracional. Nesse caso, caberá à Administração adotar ordens para a correção de irregularidades pelo particular."*

Sérgio Guerra assim preleciona:

**As garantias e os direitos fundamentais, para se tomarem efetivos, devem estar sob o manto da segurança das relações jurídicas entre o Estado e cada membro da sociedade. A segurança jurídica representa, dessa forma, a ideia de conjunto de condições que possa tornar possível a sociedade o prévio conhecimento das consequências de seus atos à luz das normas preestabelecidas pelo sistema jurídico.**

**E essa ordem de pensamentos não encontra dissenso doutrinário. Isto é, a busca por segurança jurídica foi – e continua sendo – um dos principais pilares de sustentação do Estado de Direito. (Discrecionariade, Regulação e Reflexidade. (p. 404, 2021)**

Cita-se, novamente, Sérgio Guerra:

**A complexificação crescente da atividade administrativa contemporânea implica a consideração da escolha administrativa como instrumento funcionalmente ligado à criação de clareza e previsibilidade relativamente ao**



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.
--------	-----

*desenvolvido futuro das relações jurídicas administrativas.  
(op. Cit. P. 442)*

Por isto, feito esta análise, entendo que as emendas apresentadas pelos il. Vereadores buscam trazer mais segurança jurídica e propiciar que produtos que não tragam risco inerente ao seu consumo, como aqueles que podem ser comercializados sem regras específicas de manutenção.

Logo, as emendas em análise buscam assegurar que uma atividade já em prática e que promove o bem-estar da população e garante com isto a estabilidade nas relações sociais e a promoção do meio ambiente urbano.

Contudo, esta tolerância não se parece adequada para bens e produtos que são altamente perecíveis, como III - carnes e derivados; IV - sorvete de fabricação instantânea, proveniente de xaropes ou qualquer outro processo; V - fruta descascada ou partida, exceto coco e laranja, que deverão ser descascados na hora, a pedido ç à vista do consumidor." os quais possuem alto grau de contaminação e ainda representariam um grande pacto na atuação do Executivo, haja vista que o Poder de Polícia fiscalizatório seria altamente abalado.

Por isto, a proibição destes itens é medida compatível com o interesse público, haja vista que o manuseio, a guarda e a conserva destes itens possuem atributos e condições que não revelam compatibilidade ao comércio em veículo, devendo por isto serem restringidas.

## Conclusão



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.
--------	-----

Assim, ante as razões expostas, opino aprovação das emendas 1, 2 e 3 no que diz respeito a matéria de competência da Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana.

  
Vereador Ciro Pereira

Relator





# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.
--------	-----

## Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana Parecer de 1º turno sobre o Projeto de Lei nº 429/22

### Relatório

O Projeto de Lei nº 429/22, que acrescenta o inciso IV ao parágrafo único do art. 3º da Lei nº 10148/11, que Institui a Política de Estímulo à Adoção de Animais Domésticos, de autoria de autoria conjunta dos Ver.(a) Wanderley Porto; Ver.(a) Gabriel; Ver.(a) Henrique Braga; Ver.(a) Irlan Melo; Ver.(a) Juninho Los Hermanos; Ver.(a) Marcos Crispim; Ver.(a) Professor Juliano Lopes; Ver.(a) Reinaldo Gomes Preto Sacolão. O projeto já foi discutido na Comissão de Legislação e Justiça e aprovado parecer por sua constitucionalidade, legalidade e regimentalidade, e vem agora a esta comissão para receber parecer quanto ao mérito.

### Fundamentação

A Lei 10.148 de 2011, que instituiu a política de estímulos à adoção de animais domésticos infelizmente o fez de forma bastante vaga, criando poucos mecanismos para que tal adoção efetivamente seja incentivada em nosso município. Atualmente, a legislação cria uma data comemorativa, prevê a realização de palestras e campanhas de controle da população de cães e gatos. Não há a previsão de ações concretas específicas para a adoção de animais domésticos.

O presente projeto busca aprimorar a legislação, incluindo a possibilidade de que o município divulgue, em sítios eletrônicos e redes sociais oficiais, as fotos e informações dos animais que estejam sob sua responsabilidade, em canis ou abrigos públicos. É uma proposta simples, com baixo custos, mas que pode aumentar drasticamente as chances dos animais serem adotados, ao fazer com que a população tenha conhecimento dos animais que efetivamente estejam para adoção.

PR. JCOLIZADO CONFORME  
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021  
DATA. 18/10/22  
HORA. 19:35:42



**Conclusão**

Em face do exposto, nos aspectos que compete a esta comissão examinar, opino pela aprovação do PL 429/22.

Belo Horizonte, 18 de outubro de 2022

DUDA  
SALABERT  
ROSA:0496  
7383645

Assinado de forma  
digital por DUDA  
SALABERT  
ROSA:04967383645  
Dados: 2022.10.18  
16:12:24 -03'00'

---

Vereadora Duda Salabert

[INÍCIO](#) [TERMOS DE USO](#) [F.A.Q.](#)

---

## RELATÓRIO

▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com MP 2.200-2/2001

**Data de verificação** 19/10/2022 07:28:04 BRT  
**Versão do software** 2.10

▼ Informações do arquivo

<b>Nome do arquivo</b>	Parecer PL 429-22.pdf
<b>Resumo SHA256 do arquivo</b>	9364614ac3789e5595022544273611405b1700 1dec93595538add2045b2460
<b>Tipo do arquivo</b>	PDF
<b>Quantidade de assinaturas</b>	1

▼ Assinatura por CN=DUDA SALABERT ROSA:\*\*\*673836\*\*,  
OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=36432667000100, OU=AC  
SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

▼ Informações da assinatura

<b>Tipo de assinatura</b>	Destacada
<b>Status da assinatura</b>	Aprovado
<b>Caminho de certificação</b>	Aprovado
<b>Estrutura da assinatura</b>	Conformidade com o padrão (ISO 32000).
<b>Cifra assimétrica</b>	Aprovada
<b>Resumo criptográfico</b>	Correto
<b>Data da assinatura</b>	October 18, 2022 at 4:12:24 PM BRT
<b>Status dos atributos</b>	Aprovados

▶ Caminho de certificação

▶ Atributos

AVALIE ESTE  
SERVIÇO

EXPANDIR  
ELEMENTOS

Modo escuro ☐



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Belo Horizonte, 19 de outubro de 2022.

Senhor Diretor,

Encaminho para conhecimento de V. Sa. o Atestado Médico de Saída Antecipada concedida à Vereadora abaixo, a partir de documento expedido pela Seção Médica em 19/10/2022.

CM	NOME	LOTAÇÃO	PERÍODO
10213	DUDA SALABERT ROSA	G.V.DUDA SALABERT	18/10/2022 A 21/10/2022

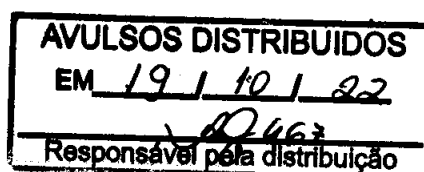
Atenciosamente,

Ruy Morato CM 646  
Chefe da Seção Médica

**Ruy Maurício Azevedo Morato**  
Chefe da Seção Médica

Sil 3535

Ilmo. Senhor  
Frederico Stéfano de Oliveira Arrieiro  
Diretoria do Legislativo



CMH\_DIREG-19/out/22-15:44:46-007791-1

# COMUNICAÇÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

VEREADOR

NOME

DODA SALABERT ROSA

CM

10213

LICENÇA

PERÍODO

18/10/2022 a 21/10/2022

DURAÇÃO

04 (DIAS)

INSPEÇÃO

19/10/2022

AFASTAMENTO RECENTE?  
(ÚLTIMOS 60 DIAS)

☒ NÃO

☐ SIM

AFASTAMENTO DE MESMA CAUSA OU DELA DECORRENTE?

☒ NÃO

☐ SIM, NOS PERÍODOS:

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ a \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ e \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ a \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

MÉDICO

Assinatura e carimbo

Dr. Felipe A. Pereira Veloso  
CM 677  
CRM/MG 47.766

LICENÇA CONCEDIDA CONFORME RESOLUÇÃO 1480/90 E PORTARIA 11824/09

DEFERIMENTO DO SECRETÁRIO GERAL

Assinatura e carimbo